



Juarez Rizzieri*

O presidente e a gestão da economia

Lula tem sorte e seu instinto político o leva a escolher as melhores alternativas

Com raras exceções os países conseguem manter total independência do ritmo e da tendência das grandes transformações que ocorrem mundo afora. Nas últimas décadas o motor do crescimento econômico está localizado na Ásia, em particular na China, que vem dinamizando o comércio mundial, acumulando reservas internacionais em simetria oposta ao déficit externo dos Estados Unidos, seu importador dominante.

O outro fato internacional relevante que vem mudando o paradigma energético mundial é a crise do petróleo. O Brasil foi dragado de forma benéfica por esse quadro internacional favorável ao crescimento econômico, como fornecedores de matérias-primas minerais e agrícolas para os emergentes e futuramente fornecedores de bioenergia para os países ricos, uma vez que o País é líder em tecnologia e custo nessa área. O futuro continua favorável para o quantum das exportações, dado pelo crescimento acelerado da renda dos emergentes e uma esperada manutenção dos preços das commodities. Isso deveria estimular uma maior abertura da economia brasileira pelo aumento das importações, principalmente bens de capital, que contribua para incrementar a produtividade na indústria e nos serviços da economia brasileira.

O comércio mundial já ofereceu a oportunidade da exploração das nossas vantagens comparativas, agora é preciso incluir a indústria e os serviços no processo das negociações multilaterais, para preparar o País que caminha muito rápido para ser classificado como "investment grade" e experimentar o impacto do mercado de capitais interna-

cional sobre o preço de seus ativos. O mercado financeiro está eufórico, pois não se pode esquecer que o Brasil é a décima economia mundial que volta a ser cobiçada pelo mercado internacional apenas pelo sucesso de sua política macroeconômica consistente, mesmo sem ainda apresentar uma determinação de avançar nas reformas.

O resultado do desempenho das pessoas depende de muitos fatores, mas três se destacam: talento, esforço e sorte. Esta última veio gratuitamente do maravilhoso cenário externo, direto para o prestígio do presidente, que se ampliou pelo aumento de 0,5 ponto porcentual ao ano no crescimento do PIB, imposto pela necessidade, inconteste, de mudança metodológica no seu cálculo. Em segundo, é inegável o talento que o presidente tem para usar de seus instintos políticos para escolher as melhores alternativas que lhe são impostas, ou seja, a manutenção da mesma política macroeconômica de seu antecessor, dada por um câmbio flutuante, superávit primário e regime de metas de inflação. A percepção que o câmbio flutuante reflete as condições de equilíbrio do mercado externo é uma tranquilidade para o governo, pois apenas enfrenta dois pequenos custos: 1º — traz um custo financeiro para um processo de acumulação de reservas, mas reduz a própria volatilidade do câmbio, o risco-País e ajuda a derrubar a taxa de juros; 2º — enseja uma política de subsídio para os setores intensivos em mão-de-obra que venham a não resistir ao câmbio de equilíbrio que poderá prevalecer. Do outro lado, a inflação fica mais controlada pela atual taxa de câmbio, que atua dire-

tamente sobre os preços, do que pela taxa de juros que atua indiretamente sobre as expectativas inflacionárias, etc.

Outra visão inteligente versa sobre a necessidade de reduzir a relação dívida pública/PIB, a partir da manutenção do superávit primário e da Desvinculação de Recursos da União (DRU). Isso reduz o risco de "default" da dívida pública, que por sua vez leva a uma redução da taxa de juros, que permite uma menor parcela dos juros a pagar. Isso significa menor déficit fiscal a ser financiado com baixo custo, o que prescinde de emissão de moeda.

Por fim, o presidente é digno

A idéia de que o câmbio reflete as condições de equilíbrio do mercado externo dá tranquilidade ao governo, com pequenos custos

de um esforço pessoal para realizar seu compromisso histórico de amparar a pobreza com seus programas sociais. Os excluídos começaram a ser incluídos desde a eliminação do imposto inflacionário como pelos seus programas do primeiro emprego e do Fome Zero, que, ao fracassarem, desembocaram no programa do Bolsa Família, juntamente com o Bolsa Escola e outros mais. A rede de proteção à ordem social chegou a 22,9% do PIB em 2005, onde muitos recebem sem contrapartida, apenas com a tarefa de sustentar a demanda interna de consumo. A missão está sendo cumprida e agora só falta a presença de um processo de crescimento sustentado, onde as

pessoas recebem pelo que produzem, daí também a obstinação do presidente pelo sucesso de seu Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seria então coroado, pois termina seu mandato garantindo o poder de compra dos empregados pela redução da inflação, distribui renda aos menos favorecidos e cria empregos para os desempregados. A sociedade parece compartilhar com esse diagnóstico, pois nos últimos 12 meses suas expectativas passaram a ser cada vez mais otimistas: o PIB passou de taxas de crescimento de 3,5% para 4,2%, a inflação de 4,3% para 3,8%, a taxa de juros Selic de 12% para 10,6%, a taxa de câmbio de R\$ 2,30 para R\$ 1,93, a dívida pública de 46% para 43% do PIB, o saldo comercial externo de US\$ 36 bilhões, para US\$ 44 bilhões, o investimento externo direto de US\$ 15 bilhões para US\$ 20 bilhões. Será que essa é uma leitura apenas das expectativas favoráveis desenhadas pelo mercado de capitais à espera da classificação de risco-Brasil para "investment grade" ou há contrapartida positiva do lado produtivo da economia, pois as empresas brasileiras já estão se integrando no mercado mundial pelos seus investimentos externos, já superando os estrangeiros. De qualquer forma, esse quadro maravilhoso somente foi obtido pelo resultado de uma política econômica consistente e da operação de um mercado microeconômico cheio de distorções anticompetitivas, imagine só se as reformas microeconômicas avançarem na direção pró-mercado, aí seria o Nirvana.